

A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos

The genesis of the geopolitics of capitalism between Brazil and the United States

Raimundo Jucier Sousa de Assis

Professor do Curso de Geografia e Programação de Pós-Graduação em Ciência Política

Universidade Federal do Piauí – UFPI

raimundojucier@ufpi.edu.br

Resumo

O artigo analisa a gênese das relações geopolíticas entre Brasil e Estados Unidos como parte da reconfiguração do espaço mundial ocorrida durante a primeira grande depressão, entre 1873 a 1895. Para realizar esse exame, foram levantadas e interpretadas as seguintes fontes: dados secundários da evolução da produção industrial dos Estados Unidos; estatísticas das trocas comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos; documentos vinculados à consolidação da Primeira República, como a Constituição de 1891; os relatórios do Ministério das Relações Exteriores referentes ao acordo comercial-bilateral entre 1891-1895; e o livro *Intervenção Estrangeira Durante a Revolta da Armada de 1893-1894*, de Joaquim Nabuco. Estes eventos revelam como a partir de estratégias militares, comerciais e ideológicas os Estados Unidos inserem o Brasil na sua área de influência.

Palavras-chave: Gênese, Geopolítica, Reconfiguração, Brasil, Estado Unidos.

Abstract

This paper analyzes the genesis of the geopolitical relations between Brazil and the United States as part of the reconfiguration of the world space that occurred during the first great depression between 1873 and 1895. To carry out this examination, the following sources raised and interpreted: data on the evolution of industrial production in the States United; statistics on trade between Brazil and the United States; documents linked to the consolidation of the first republic, such as the 1891 Constitution; the reports of the ministries of foreign affairs regarding the bilateral agreement between 1891-1895; and the book *Foreign Intervention During the 1893-1894 Armada Revolt*, by Joaquim Nabuco. These events reveal how, based on military, commercial and ideological strategies, the United States inserts Brazil in its area of influence.

Keywords: Genesis, Geopolitics, Reconfiguration, Brazil, United States.

Introdução

Como mais um produto do iluminismo, a geopolítica moderna, de acordo com Deborah Cowen e Neil Smith (2009, p. 23), tornou-se um campo que entrelaça a política e a estratégia militar entre os Estados modernos e considera “culturas, sociedades e economias nacionais mais ou menos alinhadas com as divisões territoriais do mundo”¹. O estudo da gênese da geopolítica moderna é fundamental para entendermos a constituição das estratégias, das práticas e das representações espaciais produzidas pelos Estados modernos, possibilitando discutir como a origem e a administração do poder dos Estados estão ligadas ao agenciamento dos territórios no curso do capitalismo². Dessa forma, a escolha de trabalharmos com o termo “geopolítica do capitalismo” está em nos permitir investigar como a assimetria de poder entre os Estados nacionais combina as estratégias militares e os alinhamentos diplomático-ideológicos com o controle da produção e das dinâmicas do excedente de capital (mercadorias, tecnologias, finanças, infraestruturas e recursos). A sobrevivência dos núcleos da geopolítica do capitalismo depende da capacidade política de preservar e estender os lucros financeiros, as modernizações tecnológicas, os ganhos com as trocas comerciais e os controles dos recursos naturais para além das suas fronteiras internas. (HARVEY, 2005).

A unidade de ideia geopolítica do capitalismo aparece, em 1985, como um capítulo da coletânea de artigos clássicos publicados por David Harvey³. Esse texto reúne uma abreviação e as citações diretas da principal publicação do autor, isto é, *The limits of capital*, concluída em 1982. A geopolítica do capitalismo conforma uma proposição-síntese capaz de explicar como a produção hegemônica das geografias materiais nos centros e nas periferias do capitalismo: a) estão associadas a acumulação e tendência congênita da sobreacumulação de excedentes de capital; b) estes excedentes guiam as relações, confrontações e ideologias geopolíticas entre os Estados e os agentes privados ligados às expansões geográficas; c) as produções e as incorporações dos territórios servem para investigar as reconfigurações do espaço mundial e as resoluções históricas encontradas para a sobrevivência do capitalismo na longa duração; d) os territórios são geopoliticamente

¹ “Geopolitics embodies a range of assumptions that entwine political power to the territorially demarcated system of national states, and it reads national cultures, societies and economies as more or less aligned to those territorial divisions of the world”. (COWEN & SMITH, 2009, p. 23).

² *Op. Cit.*

³ HARVEY, David. The geopolitics of capitalism. In: **Spaces of capital: towards a critical geography**. New York: Routledge, 2001, p. 312-344.

pensados, assim, como produtos internos da acumulação e/ou uma referência “fora de si”, utilizados permanentemente para mitigar e adiar a grande crise que tem as potências como epicentros (HARVEY, 2005; 2013).

À luz de David Harvey, o sentido da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos ganhou ampliação quando acessados outros interlocutores, como Eric Hobsbawm, que trata o período de transição do século XIX para o século XX articulado com a acumulação expandida e a primeira grande depressão. Conceituado pelo autor como parte da chamada *era dos impérios*, período que se estende de 1875 a 1914, Hobsbawm (2009) exhibe os Estados modernos em rivalizações, caracterizado por disputas dos centros industriais por “zonas de influências” e novas partilhas coloniais do mundo, impulsos derivados dos enormes excedentes de capital e de força de trabalho empilhados em busca de serem absorvidos por “novos mercados” em outros territórios. Configura uma era enigmática, no que se refere às redefinições geopolíticas do globo, que antecedem a Primeira Guerra Mundial e que emitiam, na multipolaridade, o controle das grandes potências, estruturando parcela relevante das relações geopolíticas nas décadas posteriores. Entre as novas potências, esse período marcou a elevação dos Estados Unidos como um dos grandes núcleos da produção industrial, sendo a expansão geográfica transposta às suas fronteiras continentais.

“Paradoxalmente, a origem de boa parte do que ainda caracteriza o final do século XX são os últimos trinta anos que antecedem a primeira guerra mundial”. (HOBSBAWM, 2009, p. 19). São esses os resultados interpretativos de Hobsbawm que se ajuntam para problematizar como a grande quantidade de excedentes de mercadorias e o avanço dos centros industriais sobre as periferias do capitalismo, desde a primeira depressão, guardam um conjunto de pistas sobre as aproximações geopolíticas entre os Estados Unidos e o Brasil no final do século XIX. Em retrospectiva, esse período abriga a gênese de uma das relações geopolíticas mais importantes para a América Latina no século XX e, concomitantemente, o início do deslocamento do Brasil das relações predominantes com as potências europeias, sobretudo, da Grã-Bretanha. Na medida em que os ingleses não propunham mais estabilizar minimamente a balança comercial brasileira, recorrendo ao neocolonialismo da África e da Ásia, o que se evidenciou foi o pan-americanismo dos Estados Unidos, ao ocupar o vazio de poder econômico como estratégia geopolítica de incorporação dos territórios latinos - entre eles, o brasileiro - à sua zona de influência.

A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos faz parte desse período em que este país se torna uma nova potência e o Brasil se recoloca no mercado mundial após um conjunto de mudanças políticas internas que também se faziam necessárias para a reinserção nos fluxos do capital e do trabalho no território. Para expor essa investigação, organizou-se o texto em duas seções, na primeira das quais se procurou compreender a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos como parte dos desdobramentos da mencionada primeira grande depressão, responsável pela reconfiguração das relações geopolíticas do globo. Entrementes, na outra parte, foram detalhadas quatro peças que se considera fundamentais para demonstrar as primeiras interferências e combinações do pan-americanismo nas dinâmicas internas do Brasil. Ei-las: a Proclamação da República, a Constituição de 1891, o acordo comercial, de 1891-1895, e a participação dos Estados Unidos na intervenção estrangeira na Revolta da Armada, de 1893-1894.

A geopolítica do capitalismo na primeira grande depressão

A grande depressão - como relata Giovanni Arrighi - foi a primeira “[...] moléstia provocada pela competição excessiva”. (2008, p. 110). Acontecia o primeiro momento de queda dos preços e da taxa de lucros provocada pela grande produtividade da indústria, abrindo extenso período de incertezas e agonias sobre a continuidade do modo de produção capitalista. “Um número cada vez maior de empresas comerciais, num número cada vez maior de lugares, em toda a economia mundial centrada no Reino Unido, atrapalhavam umas às outras na compra de insumos e na distribuição da produção”⁴. A saída para a crise estava articulada em resolver o que a originou, em vez de paralisar as fábricas, os trens ou as cidades. Era preciso, então, reorganizar a produção e expandir geograficamente os excedentes de mercadorias e os investimentos financeiros em diversos territórios, “[...] para que o lucro se mantivesse num nível considerado razoável”⁵.

Como analisa Osvaldo Coggiola, essa crise ganhou dimensões mundiais quando atingiu o Reino Unido, tendo, apenas nos seis primeiros anos, mais de vinte mil empresas falidas e queda de 25% dos preços das mercadorias. A indústria pesada nos novos países, que crescia economicamente, desacelerava, como é o caso da Alemanha, na construção de

⁴ *Op. Cit.*

⁵ *Op. Cit.*

ferrovias e de navios, caindo 37% do preço do ferro fundido. E, nos Estados Unidos, a crise abalou diretamente as especulações ferroviárias, paralisando os projetos de territorialização do capital para o sul e o oeste. Os centros da economia mundial demonstravam que precisavam de espaços novos no interior dos seus continentes, bem como em outros territórios que pudessem ampliar os mercados, resolvendo a queda dos preços com novas modalidades de expansão geográfica. “A ampliação, intensiva e extensiva, desse mercado, colocou-se como um imperativo: ela não seria atingida, no entanto, de modo pacífico e harmonioso” (COGGIOLA, 2009, p. 78).

Na compreensão de Eric Hobsbawm, a grande depressão provocada pelos excedentes de capital fez do neocolonialismo - da África e da Ásia - a política de abertura de mais espaços. “Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e – ainda em escala modesta – japoneses” (HOBBSAWM, 2009, 99-100). Essa mudança na configuração geopolítica gestada pela grande depressão se reforçaria, ainda mais, pelo fato de que outros Estados nacionais iriam ampliar sua industrialização, conforme ocorria com a Alemanha e os Estados Unidos, rivalizando com essas mesmas potências pelas áreas de influências antigas, dominadas pela Grã-Bretanha e a França. O montante de capital acumulado, no formato de mercadorias, tecnologias, infraestruturas e finanças, casado com a necessidade de baratear a produção com novas buscas de produtos primários, extrapolava as fronteiras demarcadas e expressava o contexto da multipolaridade do final do século XIX.

Para Mike Davis, o redirecionamento da Grã-Bretanha estava, por exemplo, nos investimentos da geopolítica do capitalismo para a África e a Ásia, sobretudo Índia e China: “[...] as expropriações da riqueza da Índia e da China não foram essenciais para a hegemonia da Inglaterra, mas foram absolutamente cruciais para adiar seu declínio” (DAVIS, 2002, p. 306). Com um sistema produtivo obsoleto perante as máquinas elétricas e as indústrias químicas e do petróleo que surgiam nos Estados Unidos e na Alemanha, além de todo o protecionismo que passava a ameaçar o livre comércio do Reino Unido, a saída da Grã-Bretanha estava em buscar reproduzir o acúmulo de capital com esteio na acumulação de novos territórios. Com efeito, assinala ainda Davis que “[...] a Grã-Bretanha tinha em suas transações com a Índia e a China enormes excedentes anuais que lhe permitiam sustentar déficits igualmente grandes com os Estados Unidos, a Alemanha e domínios brancos” (DAVIS, 2002, p. 306-307).

A expansão territorial de países que faziam parte do centro da geopolítica do capitalismo (como Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos), no último quartel do século XIX, demarcava a nova configuração assimétrica entre os polos político-econômicos competitivos e os territórios que passavam a ser incorporados na condição de colônias ou zonas de influência com pouca soberania perante a acumulação de capital. Uma nova partilha do mundo estava sendo feita, como exprime Hobsbawm, em números, uma ideia do que significava essa expansão geográfica:

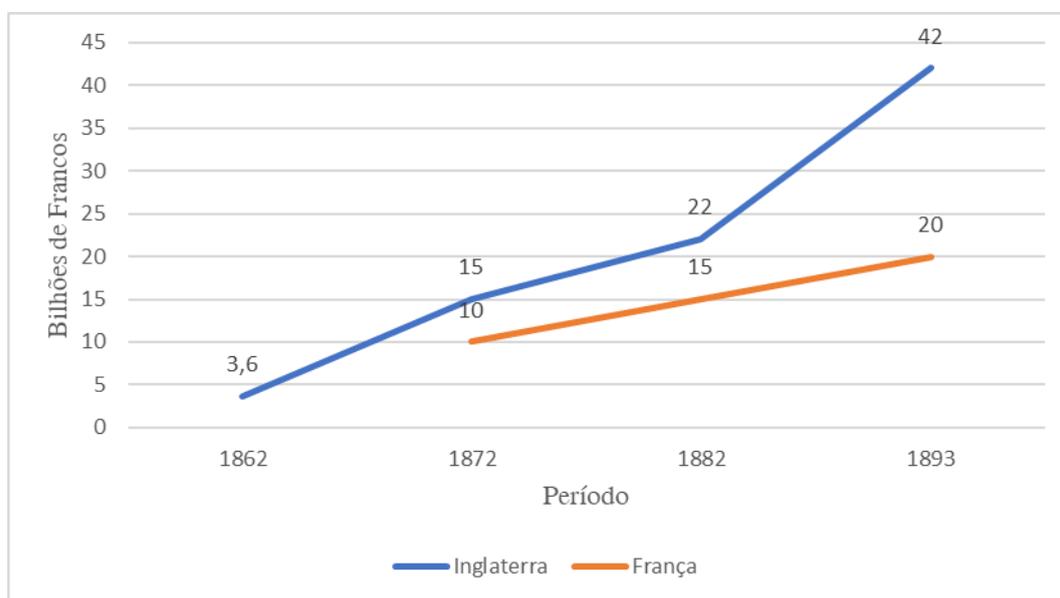
[...] a Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de 9, a Alemanha conquistou 2 milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente, da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade à custa da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara Ocidental. O crescimento da Rússia Imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista (...) Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito possuía “formalmente”. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo – conservando apenas a Islândia e a Groelândia como territórios dependentes. (HOBBSAWM, 2009, 101-102).

O capitalismo haveria de se transformar, dali em diante, no “[...] sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta” (LENIN, 2012, p. 27) por um punhado de “Estados financeiramente poderosos em relação a todos os restantes”. (LENIN, 2012, p. 89). Criava-se uma brutal assimetria entre os países, com base no desenvolvimento industrial e a maioria que tinham seu desenvolvimento baseado na venda de produtos primários ou estavam controlados como reservatórios futuros de matérias-primas. No limiar do século XX, a geopolítica do capitalismo demonstrava que a Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos e a Alemanha possuíam 80% do capital financeiro mundial, além dos principais monopólios dos ramos industriais. O restante dos países, recém-independentes ou territórios diretamente colonizados, tinham dívidas públicas com um desses Estados, servindo esses espaços para

alargar os lucros dos bancos, abrir mercados para os produtos industrializados ou possibilitar a venda de tecnologias de transportes e comunicações (LENIN, 2012).

Entre as potências, os Estados Unidos conviveram com a grande depressão de maneira bem distinta dos demais centros da acumulação de capital, bem como das periferias do capitalismo. A distinção central, como aponta Harvey (2013), estava no modo desimpedido de abertura e de seleção do seu território para a importação de capital, sobretudo, da Grã-Bretanha, demonstrando que se tornava um espaço de “portas abertas” para os investimentos financeiros e produtivos, mesmo que se mantivesse de “portas fechadas” para a entrada de mercadorias concorrentes no mercado interno (GRÁFICO 1). Nessa mesma direção, já havia mencionado Hobsbawm que, durante a grande depressão, houvera uma seletividade dos territórios envolvidos nos investimentos externos diretos, sendo exportado capital “[...] a um pequeno número de economias em desenvolvimento rápido, sobretudo povoados por europeus – Canadá, Austrália, África do Sul, Argentina, etc. – bem como, é claro, aos EUA” (HOBSBAWM, 2009, p. 124).

Gráfico 1: Capital investido no estrangeiro (em bilhões de francos).



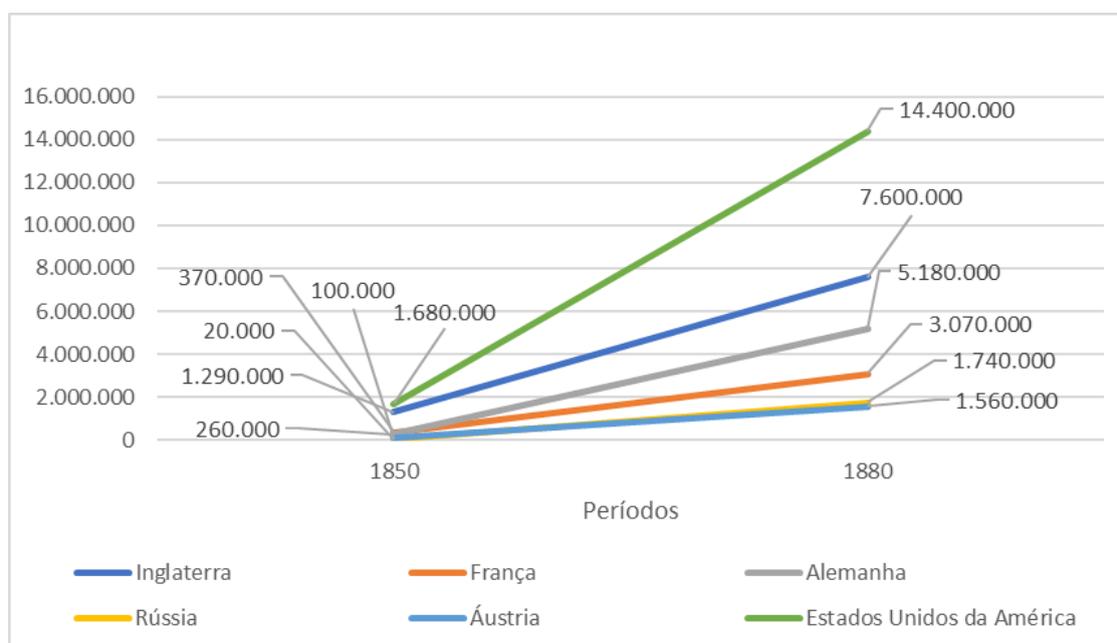
Fonte: elaborado com suporte em Lenin, 2012.

Os Estados Unidos, como assinala Harvey, se mostravam bem distintos para os britânicos, isso quando em comparação, por exemplo, com os investimentos na Índia, após meados do século XIX. Mesmo que existissem significativos investimentos britânicos na

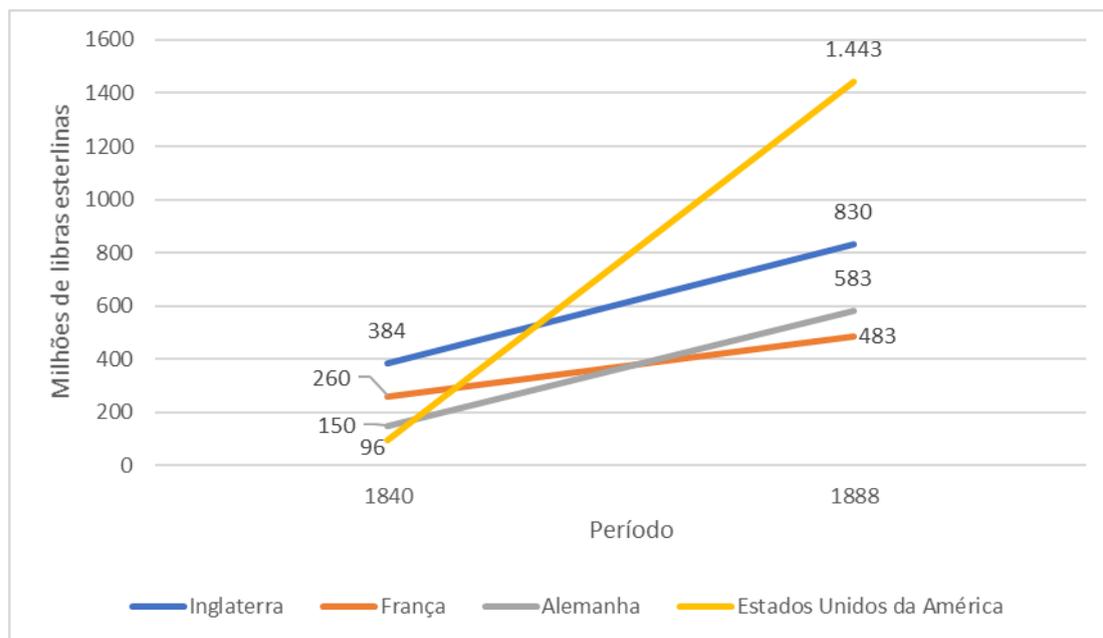
Índia e a expectativa do desenvolvimento rápido do capitalismo, na análise de Harvey, a sociedade hindu tinha intensiva “[...] resistência interna à penetração capitalista e as práticas imperialistas impostas pelos britânicos” (HARVEY, 2013, p. 548). Enquanto isso, os Estados Unidos haviam desenvolvido as condições desobstruídas para a penetração do capital europeu desde o fim da Guerra de Secessão (1861-1865), alargando o sul, o oeste e o centro-oeste como novas fronteiras produtivas. Ponto contraditório remansa no fato de que a necessidade do capital britânico por espaços novos, para os investimentos supralucrativos no estrangeiro, é também o mesmo processo que edificava outra potência concorrente no mercado mundial. Nesse caso, configurava-se a considerável participação dos ingleses no estabelecimento dos Estados Unidos como novo centro da geopolítica do capitalismo.

Os Estados Unidos materializavam “[...] um notável surto de desenvolvimento capitalista”, tornando-se, até o final do século XIX, o país “[...] tecnológico e economicamente dominante com relação ao resto do mundo”. (HARVEY, 2011, p. 32). Esse “surto de desenvolvimento capitalista” era observado com suporte num conjunto de variáveis, *v.g.*, no processo de intensificação da força mecânica empregada nas ferrovias, navegação e produção da grande indústria (GRÁFICO 2) e, concomitantemente, no substancial volume da produção de mercadorias nas fábricas (GRÁFICO 3).

Gráfico 2: Força mecânica empregada nos Estados Unidos.



Fonte: adaptado de Beer, 2006.

Gráfico 3: Produtos manufaturados (em milhões de libras esterlinas).

Fonte: adaptado de Beer, 2006.

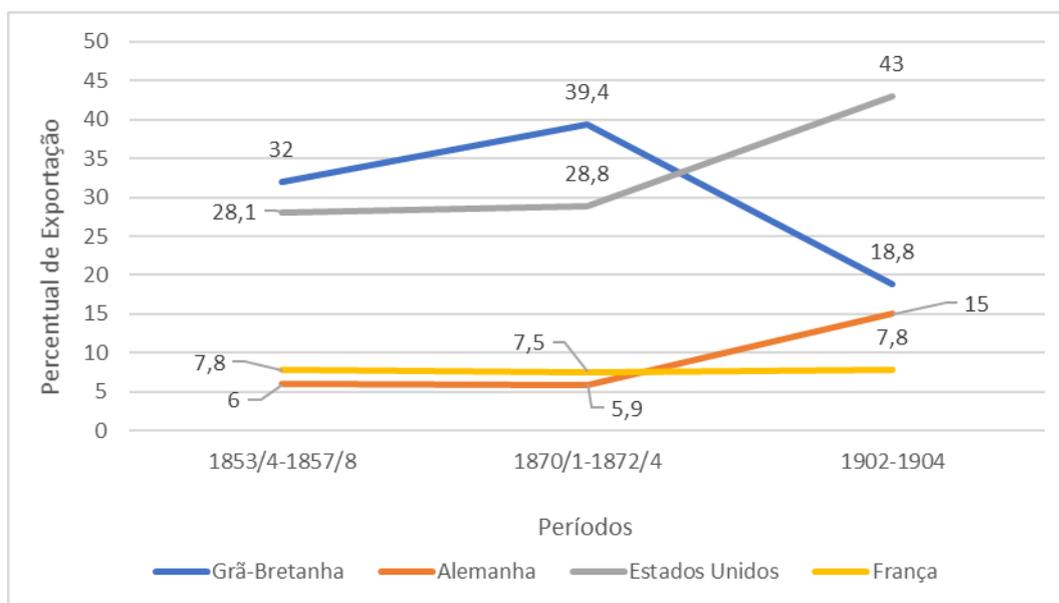
Tratava-se de um projeto de expansão geográfica interno que casava a exploração dos recursos naturais e a intensa capacidade de absorção de capital na circulação territorial e, concomitantemente, na atração para sua dinâmica doméstica dos fluxos de capital e da força de trabalho excedente. Todas essas dinâmicas sobrevalorizavam a estratégia da expansão do *territorialismo continental* como prática geopolítica de expansão para dentro e, no destaque de Arrighi (2012), feito uma das particularidades para estabelecer os Estados Unidos como um novo centro da geopolítica do capitalismo, que disputaria tanto com o Reino Unido e, sobretudo, com a Alemanha, as maiores vantagens na luta pelo mercado mundial.

A vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e no potencial de crescimento comparativos do mercado interno. Quanto maior e mais dinâmico o mercado interno de um Estado em relação a todos os demais, melhores as chances desse Estado expulsar o Reino Unido do centro das redes globais de relações protetor-cliente que constituíam o mercado mundial. Desse ponto de vista, os Estados Unidos estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha. Suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do mercado interna fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão de obra e a iniciativa do exterior, havia transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre-comércio. Na época em que começou a luta pela supremacia mundial, a economia interna dos Estados Unidos já havia avançado muito a caminho de se tornar o novo centro da economia mundial (ARRIGHI, 2012, p. 61).

A grande depressão, mesmo com a queda da taxa de lucros e a baixa dos preços das mercadorias, tornava, na contramão, os Estados Unidos como um novo centro da geopolítica do capitalismo. Os dados retrocitados sobre o desenvolvimento das forças produtivas, na produção e na circulação do capital, anunciavam um país que ampliava sua concentração de capital e que também passaria a conviver com as contradições internas marcadas pelas necessidades futuras de novos territórios para o crescimento da acumulação. Assim, práticas típicas da expansão geográfica para a América Latina, quer por meio das trocas comerciais quer por via de ações diplomáticas e militares, expressavam-se, na transição para o século XX, ligadas à abertura de mais mercados e aos intentos de comandar politicamente esses territórios que estavam ainda nas zonas de influência dos velhos centros europeus.

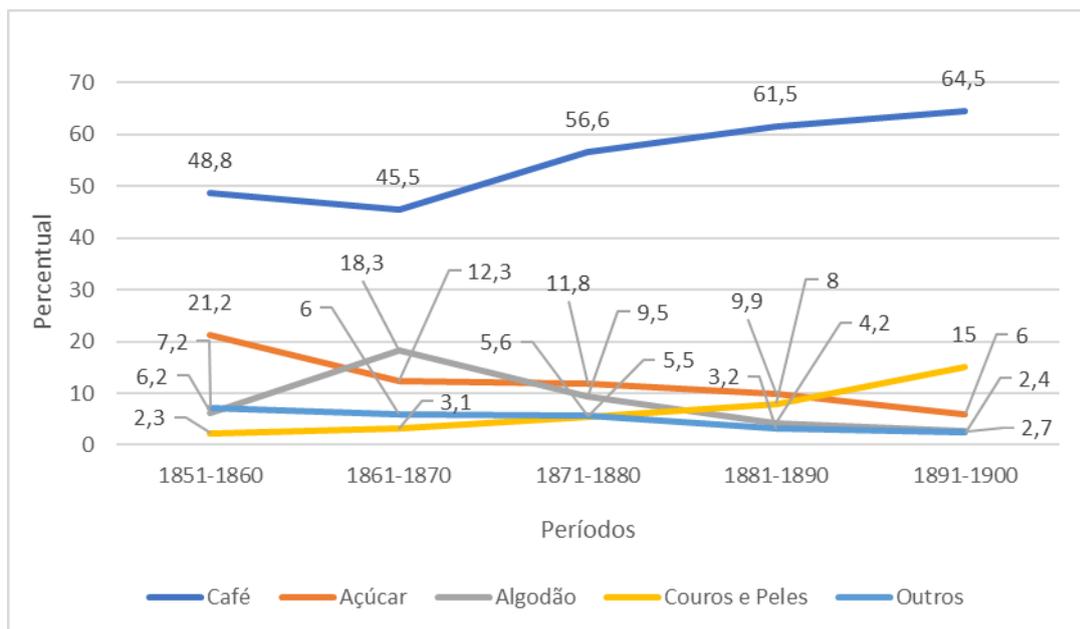
A geopolítica pan-americanista e particularidade das relações com o Brasil

A Grã-Bretanha havia dominado o comércio exterior do Brasil, pelo menos, até 1874, fornecendo mais da metade de suas importações e absorvendo de três a quatro décimos de suas exportações (GRÁFICO 4).

Gráfico 4: Principais parceiros do Brasil no comércio exterior.

Fonte: adaptado de SINGER, 1974.

Como se evidencia na ilustração, logo após o começo da grande depressão e, nas suas décadas seguintes, exibiu-se um declínio da participação da Grã-Bretanha nas compras das exportações do Brasil. Entre os aspectos de explicação mais simples, estava a especialização brasileira na exportação de café, bebida que também não era de consumo popular na Grã-Bretanha, mas com mercado aberto nos Estados Unidos e em outras partes da Europa. E, como visto no tópico anterior, a Grã-Bretanha reconstituía seu projeto de neocolonialismo na África e na Ásia, tendo derivado parte dos seus investimentos e acessos a insumos nessas regiões, diminuindo a demanda dos principais produtos exportados do Brasil (GRÁFICO 5).

Gráfico 5: Principais pautas de exportação do Brasil, de 1851 a 1900.

Fonte: adaptado de SINGER (1974).

Para o Brasil, a primeira grande depressão mostrava a continuidade com os britânicos, sobretudo, na subordinação vinculada à importação de capital por empréstimos. Em geral, era uma realidade na América do Sul ter sua existência sob a dependência da exportação de capital dos velhos centros europeus. Como retratou Paul Singer, essa foi uma realidade que perdurou por todo o século XIX e início do século XX, tendo como consequência o “[...] deslocamento de capitais britânicos para esta área: de 10,5% em 1860/70, a América do Sul passava a concentrar 20% a 22% dos capitais britânicos de 1881/90”. (1974, p. 565). Entenda-se que, com a dívida externa dos brasileiros aos ingleses, bem como os empréstimos realizados para pagar outros de 1821 a 1889, o Brasil levantou “[...] 17 empréstimos, dos quais apenas dois se destinaram a investimentos (em estradas) e dois tiveram motivação política imediata: o reconhecimento da Independência e o financiamento da Guerra do Paraguai”⁶.

A ameaça de um enfraquecimento representativo na economia global avizinhava-se para as frações de classes dominantes e representantes políticos no Brasil

⁶ “Dos 17 empréstimos levantados, entre 1821 e 1889, 8 foram colocados a menos de 90% do seu valor nominal. Assim, embora a taxa de juros nominal fosse geralmente de 4% a 5%, ela acabava sendo para os tomadores de 7 a 8% e, para os governos brasileiros, onerados pelas comissões, ainda bem maiores”. (SINGER, 1974, p. 566).

desde o início da grande depressão. O constante endividamento financeiro junto aos bancos britânicos e a incapacidade da produção agrícola em propiciar um substancial volume de acumulação interna de capital, que possibilitasse o estancamento dos fluxos de rendimentos nacionais para a Grã-Bretanha, levaram aos representantes brasileiros a clareza da necessidade de um projeto de desenvolvimento capitalista, bem assim da reabertura do comércio exterior. Um dos desafios dessa proposta interna, por sua vez, consistia em reordenar o Estado, a política econômica que tinha como base os recursos naturais e, concomitantemente, expandir as capacidades produtivas do País acopladas com a reconfiguração da geopolítica do capitalismo mundial que vinha se dando desde 1870. Estava claro, para muitos dos agentes nos trópicos, que uma das janelas para essa integração internacional só seria possível atrelada à nova potência industrial estadunidense.

De efeito, o pan-americanismo é a melhor expressão para definir como as práticas expansionistas dos Estados Unidos na América Latina, no final do século XIX, busca preencher o afastamento da estabilização da balança comercial dada pelas velhas potências, sobretudo, os britânicos. Assim, o pan-americanismo tinha o objetivo de “[...] promover o comércio e o investimento estadunidense na região, criar estruturas políticas mais ordenadas e previsíveis nos países ao sul e deter quaisquer ambições imperialistas europeias” (BETHELL, 2009, 296-297). O fato de haver crescimento do destino das exportações do Brasil para os Estados Unidos, desde o início da grande depressão, deixava claro, para parcela das frações de classes dominantes internas, que a única possibilidade de oportunidades vantajosas para a balança comercial brasileira estava na sua vinculação ao projeto de acumulação de capital e expansão das relações geopolíticas dos Estados Unidos na América Latina.

Na compreensão de Moniz Bandeira, a fundação da República é divisada como a primeira peça nesse tabuleiro geopolítico, dirigida para a “atualização” do Brasil desde a chamada *americanização* - algo que significava, para os militares e colaboradores que assumiram o poder em 15 de novembro de 1889, “[...] o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia. Era o mesmo ideal que, durante um século, todas as gerações de revolucionários agitaram. A República sintetizava-o” (BANDEIRA, 1973, p. 133). Para Singer, a República e o trabalho livre criaram “[...] o quadro institucional adequado para a crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial” (1974, p. 552-553). E, lida no contexto do “estremecimento nas relações entre o novo regime e a antiga

potência dominante, a Grã-Bretanha, só podiam ser interpretados, pelos Estados Unidos, como sinal de que o Brasil acabara de cair na sua zona de influência” (SINGER, 1974, p. 577).

Como assinala José Luís Fiori, no final do século XIX, os representantes do Brasil “espelhava[m]-se cada vez mais no modelo político e na legislação norte-americana” (FIORI, 2004, p. 134). Sujeita à Proclamação da República, a produção da Constituição de 1891 tornava-se outra interferência ianque na conformação política e jurídica do Brasil. Como também aponta Moniz Bandeira, a Constituição de 1891, coordenada pelo jurista Rui Barbosa, foi “[...] uma cópia mais ou menos fiel da americana”, passando ainda o país a se chamar “Estados Unidos do Brazil” (1973, p. 134). Essa inspiração do *Uncle Sam*, entende Pedro Fassoni Arruda, também estava articulada com as frações agrárias dominantes, que postulavam autonomia para as unidades federativas e também ao poder das oligarquias locais. A Constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, assinala Arruda, “[...] instituiu um sistema federativo altamente descentralizado, inspirado no modelo estadunidense, para contemplar justamente as reivindicações das diversas frações da assim chamada classe produtora rural” (2012, p. 285).

Mesmo que a Proclamação da República e a Constituição de 1891 viessem carregadas com a imagem da industrialização e da descentralização política, com o desejo do fim das *heranças* coloniais e das subordinações aos velhos centros, as novas relações com os Estados Unidos não mudariam a posição do Brasil no mercado mundial. A República, para o caso brasileiro, abrigou, por uma parte, um jeito de reintegrar o país nas trocas assimétricas com a reconfiguração da geopolítica do capitalismo na grande depressão e, *in alia manu*, foi uma saída para que os Estados Unidos combatessem o poder da Inglaterra e dos velhos centros europeus na América Latina, além de tentar penetrar os assuntos políticos e forçar a abertura do Brasil para comprar produtos industrializados ianques. Essa modalidade de aproximação geopolítica indicava que as elites brasileiras trocariam a reinserção do país no mercado mundial pela aderência aos planos econômicos e militares dos Estados Unidos, fornecendo-lhes poder no combate ao controle territorial dos ingleses na América Latina.

Comprovando essa dupla dimensão, Joseph Tulchin (2016) assinala que o secretário de Estado dos Estados Unidos, James Blaine, iniciou as chamadas Conferências Pan-Americanas como estratégia de combate mais claro aos ingleses e uma aproximação

com os representantes políticos da América Latina. Uma das estratégias estava na intervenção em guerras que vinham acontecendo no interior dos Estados latinos em consequência da demarcação de fronteiras. Mediava, então, aquele país americano esses assuntos diplomáticos e, em seguida, elaborava, como contrapartida comercial, uma proposta para inaugurar uma união aduaneira entre os representantes dos Estados na América Latina com os Estados Unidos.

[...] em seu primeiro e curto mandato como secretário de Estado, Blaine estava ocupado com o conflito entre Chile e Argentina e com a ameaça de conflito entre México e a Guatemala. Em todos esses casos, ele temia uma intervenção europeia. Blaine via a força britânica apoiando o Chile e o capital francês financiando os peruanos, e instruiu os embaixadores norte-americanos nos dois países a usar seus bons ofícios para resolver o conflito sem vantagens para os europeus (...) O projeto foi adiado quando Blaine renunciou depois do assassinato de Garfield, e seu sucessor, Frederick Frelinghuysen, decidiu afastar-se do que considerava uma política agressiva de Blaine contra os britânicos. Quando foi nomeado novamente como secretário de Estado, em 1889, na presidência de Benjamin Harrison, Blaine retomou a ideia de uma Conferência Pan-Americana, mas dessa vez seu principal interesse era uma união aduaneira que desse maior vantagem aos EUA nos crescentes mercados da América Latina. A noção de expandir o comércio a mercados estrangeiros tornava-se rapidamente uma obsessão norte-americana (TULCHIN, 2016, p. 38).

Foi dessa maneira que o acordo aduaneiro de 31 de janeiro de 1891, entre Brasil e Estados Unidos, teve origem na *Conferência Internacional Americana*, realizada em Washington, em 1890, sendo o Brasil representado por José Gurgel do Amaral Valente e Salvador de Mendonça. Nesta cimeira, os representantes dos Estados Unidos da América propuseram, entre tantas pautas, o estabelecimento de uma *união aduaneira* de toda a América Latina com os Estados Unidos, sendo essa proposta a tentativa de concretizar o “pan-americanismo” pensado por Blaine. Esse projeto original, no entanto, fora rejeitado pelos países não industrializados da América, sobretudo, pelas pequenas repúblicas da antiga América Hispânica que temiam ser liquidadas por países que teriam mais matérias-primas para as trocas desiguais com os Estados Unidos, servindo esse acordo apenas para incorporar esses territórios como consumidores de mercadorias e espaço novo para as especulações ferroviárias. Por fim, como todos os países da América Latina tinham rendimentos baseados na exportação de produtos primários semelhantes, a união aduaneira serviria para baixar os preços das matérias-primas⁷.

⁷ Sobre o detalhe desses debates, cf. o “Relatório apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 5-17.

De tal sorte, fora acordada na *Conferência Internacional Americana*, sobretudo com a intervenção de Salvador de Mendonça, a ideia de que o melhor a se fazer, durante os anos de 1890, seria iniciar a aproximação geopolítica com os Estados Unidos com amparo em relações bilaterais, permitindo nessa abertura analisar os ganhos que cada parte tinha com os “acordos parciais” arrimados nas trocas entre produtos primários e manufaturados, sendo utilizada a noção de “reciprocidade” para destacar a importância que o acordo comercial deveria gerar para a balança comercial de cada Estado. O acordo comercial de 1891, entre Brasil e Estados Unidos, isentava a cobrança de impostos (direitos de exportação) para a exportação de açúcar, melão, café e couros que fossem produzidos no Brasil. Em troca, permitia a entrada de alguns produtos agrícolas e industrializados dos Estados Unidos para o Brasil também sem taxações, como trigo, ferramentas, instrumentos e máquinas para a agricultura; ferramentas, instrumentos e máquinas para mineração e mecânica, incluindo máquinas a vapor, fixadas no chão ou portáteis; todas as máquinas para manufaturas e indústrias; instrumentos e livros para artes e ciências; todos os materiais para as estradas de ferro⁸.

Com o acordo comercial de 1891, o pan-americanismo tornava-se, assim, uma atitude geopolítica, com o objetivo de promover o alinhamento dos Estados Unidos com o Brasil sob o consentimento dos representantes locais. O acordo comercial, como o desenhado entre o Brasil e os Estados Unidos, foi, para Paulo Roberto de Almeida (2002), uma representação da primeira tentativa estadunidense de constituir uma proposta de uma Aliança de Livre Comércio das Américas, deixando claro que a manutenção das assimetrias dos níveis de desenvolvimento já estava bem demarcada geograficamente naquele contexto de reconfiguração da geopolítica mundial. Essa atitude pró-americanismo do Brasil, como um referencial geográfico para as trocas comerciais e um território para a expansão, constitui o princípio também da nova política externa de buscar negócios no interior do hemisfério, ações surgidas com o início da República no Brasil e com a leitura dos Estados Unidos como o novo centro da economia mundial.

A política externa brasileira arriscava as perdas de rendimentos, com as exportações para as unidades federativas, como parte das estratégias para se aproximar dos Estados Unidos. Mesmo assim, buscou-se, ainda em 1891, refazer a lista dos produtos com

⁸ Sobre esses e outros produtos que estavam isentos após o acordo de 1891, cf. o “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891b, p. 21-23.

isenções totais e, ao mesmo tempo, incorporar outros produtos com descontos de 25%.

Questionava Salvador de Mendonça:

[...] poderíamos entrar em um caminho de retaliação e guerra de tarifas com este paiz? Conviria á nossa Republica nascente desviar-se do curso que hoje felizmente levam as suas relações com a Grande União, para entrar n'uma senda de lueta e malquerença com a nação, cuja amisade as maiores potencias do mundo desejam cultivar?⁹.

De certa maneira, o acordo comercial inaugurava essa gênese do domínio econômico dos Estados Unidos sobre o Brasil. A abertura de mercado era o prenúncio das reciprocidades desiguais entre os países, a manutenção do Brasil para esse centro como um território exportador de produtos primários, sendo a busca pela restauração do mercado de açúcar da cana de açúcar, ampliação do mercado de café, do fumo, da borracha, entre outros, o grande interesse depositado nessa aproximação com os Estados Unidos.

A quarta peça de operacionalização da estratégica do pan-americanismo no Brasil, isto é, da face da intervenção militar, refere-se à participação dos Estados Unidos como uma das potências estrangeiras que estiveram em solo brasileiro na Revolta da Armada, em 1893 e 1894. A Armada era um segmento da marinha descontente no que concerne à continuidade de Floriano Peixoto na Presidência da recente República. Liderada pelo almirante Custódio de Melo, afirmou-se na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, com o objetivo de impedir o desembarque de mercadorias, bem como a entrada de outros navios estrangeiros enquanto não se depusesse o Presidente, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro. A Revolta acendia os rumores de que a Grã-Bretanha apoiaria a deposição de Peixoto e a restauração da Monarquia, evitando a latência do separatismo aberto pelo processo republicano e, assim, as dificuldades em saber também quem pagaria a dívida externa brasileira com os ingleses. Além disso, restauraria as rotas comerciais e a anexação do território brasileiro como nova zona de influência, como fora durante todo o período imperial (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 5).

Para Joaquim Nabuco (2003), a intervenção estrangeira, durante a revolta de 1893-1894, foi um dos principais elementos para a permanência e vitória de Floriano Peixoto. Primeiro, a intervenção consistia na autorização do governo em ceder o controle das estratégias de combate no mar e na terra para as potências estrangeiras, gerando, assim, uma frente, montada por Inglaterra, Portugal, Itália, Holanda, Estados Unidos e França,

⁹ *Ibidem*, p. 26.

contra a apropriação dos navios tomados pela esquadra na Baía de Guanabara. Segundo, para as grandes potências, esse exercício de força e diplomacia estava em benefício de proteger a vida dos seus representantes estrangeiros no Brasil, as propriedades, os negócios estrangeiros, os acordos comerciais e os interesses políticos, enquanto que, para o Brasil, as forças armadas das grandes potências garantiriam a retomada da soberania nacional. Terceiro, a tarefa da intervenção estrangeira era também impedir o bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro e se preparar para equipar com soldados, artilharia, munição e transporte, para os demais portos do litoral brasileiro, caso existisse uma ampliação da revolta em escala nacional.

Sobre o papel cumprido dos Estados Unidos na intervenção estrangeira, Nabuco assinala que existia um claro esforço em demonstrar uma reciprocidade e lealdade para com o Brasil. O incidente mais marcante, para o autor, era a demissão do almirante Stanton, “[...] o qual ao fundear em nosso porto a bordo no *Newark* tinha salvado ao pavilhão do almirante Melo. O *Herald* interpretava aquela demissão como uma prova de simpatia de Cleveland pelo governo do Marechal Floriano Peixoto” (NABUCO, 2003, p. 54-55). Outro aspecto destacado por Nabuco esteve na observação da presença poderosa da esquadilha dos EEUU, que, segundo ele, era “[...] desproporcionada com a força efetiva das outras potências que tinham muitos maiores interesses no Brasil, dava corpo à ideia de que os Estados Unidos estavam decididos a intervir” (NABUCO, 2003, p. 55).

“Os EUA, ao que tudo indicava, dispunham-se a realmente intervir no Brasil, caso a insurreição da Armada triunfasse e restabelecesse a Monarquia e (...) se o marechal Floriano solicitasse sua assistência” (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 7). Havia por parte dos ianques, assim, o aumento das forças militares - incluindo as navais. Enquanto as das outras potências diminuía, as forças navais dos “Estados Unidos tornavam-se verdadeiramente imponentes” (NABUCO, 2003, p. 66). E acrescenta: “[...] ao *Charleston*, ao *Newark* e ao *Detroit* tinham vindo juntar-se mais dois grandes cruzadores, o *San Francisco* e o *New York* formando, em nosso porto, uma grande esquadra branca”. Ele arremata, interpretando essa constante força daquele poder, como uma maneira de demarcar auxílio militar, igualmente, do que poderia ser realizado pelas velhas potências, cumprindo a Revolta da Armada para “[...] uma demonstração, devida, talvez, à desconfiança ou receio de preponderância europeia no Brasil” (NABUCO, 2003, p. 66).

A eclosão da Revolta da Armada é, assim, mais um dos episódios que confirma as relações de simpatia do governo dos Estados Unidos, do então presidente Cleveland, com a permanência do presidente Floriano Peixoto. Articulados ao recente processo de implantação da República, da inspiração constitucional de 1891 e do então acordo bilateral, que estava em andamento, os acontecimentos envolvidos com a Armada serviram também para a evidência da balança de poder de apoio ao governo brasileiro e para a demonstração daquele período da sofisticação da marinha de guerra das velhas e novas potências. A Revolta foi um palco para a mostra da força tecnológica vinculada aos navios e armas bélicas, sendo destaque a existência do que seria uma das maiores invenções daquele período, o canhão *pneumatic dynamite torpedo gun* (EUA), conhecido pelo nome de seu inventor Zalinsky, atrelado a um dos navios de guerra comprado dos Estados Unidos por Floriano Peixoto. Independentemente das polêmicas sobre se o canhão funcionou como deveria, o que mais interessa aqui é apreender como a Armada estreitava os laços geopolíticos entre Brasil e Estados Unidos na última década do século XIX (SANTOS FILHO, 2012).

Torna-se importante, ainda, destacar o fato de que a intervenção dos Estados Unidos na Revolta da Armada revela também um processo de preparação das forças armadas estado-unidenses para as guerras e outras intervenções na América Latina. Os maiores resultados estariam na intervenção, logo em seguida, na Guerra de Independência de Cuba (1895-1898) e na Guerra das Filipinas (1898), ambas realizadas com base no fortalecimento das forças locais, em Cuba e nas Filipinas, contra a anexação dos seus territórios à colonização da Espanha. Fato interessante a destacar é que o mesmo canhão comprado nos EEUU “[...] foi revendido por um milhão de dólares aos Estados Unidos, prestes a entrar em guerra com a Espanha” (SANTOS FILHO, 2012, p. 71). O canhão, de alguma maneira, representava essa busca dos Estados Unidos por novos domínios territoriais diretos e por zonas de influência nas Américas, fazendo parte do processo de expansão geográfica e da exploração estadunidense a partir da guerra hispano-americana, em 1898 (SMITH, 2003).

Conclusões

Foi justamente nos derradeiros anos do século XIX, com a Proclamação da República, a Constituição de 1891, o primeiro acordo comercial e a intervenção estrangeira na Revolta da Armada, que o Brasil aceitou o convite dos Estados Unidos para participar da exposição universal de Chicago, em 1893. Aceitar o convite e ir a Chicago já eram duas demonstrações de “amizade” entre os representantes dos dois países e, para aquele período de trocas comerciais, marcavam o início das aproximações recíprocas também no plano cultural. A participação em Chicago sintetizava a iminência dos achegamentos geopolíticos daqueles anos, tendo o Brasil elaborado e enviado um conjunto de livros, relatórios, catálogos, mapas e seleções de amostras de produtos do interior do País para a exposição. Referiam-se a *reliquias inanimadas*, elaboradas e apresentadas por pessoas representantes das oligarquias locais, documentos oficiais sobre a história dessa viagem de representantes, escritos e objetos do Brasil para os Estados Unidos, o que sistematizava parcela tanto das relações político-econômicas quanto da tentativa de atração de capital estadunidense desde o envio das propagandas do território brasileiro para os ianques (ASSIS, 2017).

Nessa vitrine da geopolítica do capitalismo, o território brasileiro foi exposto como um reservatório da borracha, do algodão, do café, do cacau, da mandioca, da cana-de-açúcar, entre outros produtos. Entre tantas possibilidades de propagandas e negócios, a participação do Brasil assinalava a restauração da afirmação do caráter periférico do país na dinâmica global da acumulação de capital, desde a transição do comércio que era realizada até então com a Inglaterra para os Estados Unidos da América, sendo o acordo aduaneiro o pano de fundo do pan-americanismo que avançava sobre a América Latina. O Brasil ainda se expressava como um reservatório para investimentos ferroviários e absorção dos imigrantes excedentes que quisessem sair dos Estados Unidos e construir o Brasil republicano. Das terras de seringais às jazidas intocadas, que poderiam ser acessadas com baixos custos de investimentos, era destacado um território que tinha riquezas naturais para se extrair e fortalecer os vínculos com a nova potência mundial (ASSIS, 2017).

Em sua origem, a geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos não veio acompanhada da disposição de crédito daquele Estado. A ausência desse fator impediu que o Brasil ampliasse a importação do excedente de capital estadunidense, ou mesmo desenvolvesse um projeto amplo e acelerado de transição para a industrialização que

permitisse romper com a condição de um território dependente economicamente a longo prazo. Essa característica da relação expressava que apenas as trocas comerciais não ajudariam para ampliar as importações dos produtos industrializados e, respectivamente, que o Brasil não se tornaria um concorrente a longo prazo dos Estados Unidos e das outras potências no mercado mundial. As trocas comerciais serviram para aproximar os dois países, estabilizar a balança comercial em um dos piores períodos financeiros do Brasil, afastar o território brasileiro das estratégias geopolíticas das velhas potências, sobretudo, da Grã-Bretanha, além de indicar saídas para pagar os juros da dívida pública aos britânicos.

A intervenção estrangeira, no episódio da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, apontava como outro processo geopolítico articulava as escalas nacional e internacional, recorrendo o Brasil à abertura do seu território para as potências industriais e militares como estratégias para o combate da esquadra dos oficiais, sendo demonstrado aqui o papel preponderante dos Estados Unidos no envio de soldados e navios, atuando tanto na defesa do governo da República e de Floriano Peixoto como nos interesses dos ianques ante as inserções das matérias-primas do Brasil sob o controle e consumo da nova potência industrial. A Revolta da Armada, com efeito, servia como a parte militar da execução do pan-americanismo, que tinha como prática preencher o vazio econômico deixado pela reconfiguração da geopolítica do capitalismo depois da grande depressão e, assim, acelerar o afastamento político das velhas potências dos domínios territoriais e dos projetos de monopólio no Brasil.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, P. R. de. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica. *Hispania*, v. 35, n. 3, 2002, p. 435-438.

ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Tradução de Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. Tradução de Beatriz Medida. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ASSIS, R. J. S. de. A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago. 2016. *Tese (Doutorado*

em *Geografia Humana*) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BEER, M. *História do socialismo e das lutas sociais*. Tradução de Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 289–321, 2009.

BRASIL. *Relatório apresentado ao Generalíssimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocauyva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 5-17.

BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891b, anexo número 01, p. 1-28.

CHAVES CURVO, R.M. Comparação entre crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008). *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ, 2011.

COGGIOLA, O. *As grandes depressões - 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. *Antipode*, v. 41, n. 1, 2009, p. 22–48.

DAVIS, M. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FIORI, J.L. O Brasil no império americano. In: RIBEIRO, L.C.Q. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro: Fase, 2004.

HARVEY, D. The geopolitics of capitalism. In: *Spaces of capital: towards a critical geography*. New York: Routledge, 2001, p. 312-344.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 5. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. 13. ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HUBERMAN, L. *A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)*. 4. ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KARNAL, L. et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3. ed. São Paulo: Contexto: 2013.

LENIN, V.I. *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. Revisão da tradução: Miguel Makoto Yoshiba. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MONIZ BANDEIRA, L.A. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MONIZ BANDEIRA, L.A. O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos. *Revista espaço acadêmico*, n. 50, 2005, s/p.

NABUCO, J. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

SANTOS FILHO, P. G. A história do canhão misterioso. *Revista de Villegaignon*, 2012, p. 68-71.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 36, n. 3, 1974, p. 547-593.

SMITH, N. *American empire: Roosevelt's geographer and the prelude to globalization*. Los Angeles: University of California Press, 2003.

TULCHIN, J.S. *América Latina e Estados Unidos: uma relação turbulenta*. Tradução de Lavinia Silveiras. São Paulo: Contexto, 2016.

ERRATA

- No *Editorial do dossiê: A inserção dos estudos geográficos brasileiros nos estudos globais*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos*, de autoria de Raimundo Jucier Sousa de Assis, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX*, de autoria de Caio Franco Assunção, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A economia do cacau em Gana no início do século XXI*, de autoria de Kaue Lopes dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central*, de autoria de André Santos da Rocha, Jonathan Christian Dias dos Santos e Pablo Ibañez, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do Cotton-4+Togo*, de autoria de Gustavo Luiz Xavier de Abreu publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cartografias não institucionais da pandemia: Mapeando a dispersão espacial da COVID-19 em Belo Horizonte*, de autoria de Eugenia Cerqueira, publicado na revista Geografias Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Dinâmica hidrossedimentológica em ambiente fluvial lântico no sudoeste da Amazônia – Rio Branco – Acre: investigação inicial do processo de assoreamento em canal fluvial*, de autoria de Waldemir Lima dos Santos, Pamela Moura da Silva e José Genivaldo do Vale Moreira, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Do espaço público de lazer ao espaço público do medo o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)*, de autoria de Elcivânia de Oliveira Barreto e Simão Bossi Santana, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”